

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

| | | |
|--|------------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/5102 | 7708/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Unidade Administrativa | | |
| DCF - DCP [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de deliberação de adjudicação

Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão executivo a decisão de adjudicação de empreitadas e de contratos de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe esteja cometida.

Face ao exposto, e concluído o procedimento de Implementação de cobertura Wi-Fi (PRR) no Convento do Pópulo e Paços do Concelho e Convento de São Francisco, submete-se à apreciação e deliberação do órgão executivo a aprovação das seguintes decisões, nos termos do Código dos Contratos Públicos:

1. Decisão de adjudicação e respetiva notificação, de acordo com os artigos 76.º e 77.º do CCP, a favor do concorrente proposto como adjudicatário em cada lote;
2. Redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 94.º do CCP, considerando a natureza e valor do objeto do contrato;
3. Aprovação das minutas dos contratos a celebrar, elaboradas nos termos e para os efeitos do artigo 98.º do CCP;
4. Apreciação e aprovação do projeto de decisão de adjudicação a um único concorrente por cada lote, conforme previsto no artigo 125.º do CCP, considerando que se verificam os respetivos pressupostos legais.

Mais se propõe que, uma vez deliberado, se proceda:

- às notificações legalmente exigidas aos concorrentes,
- à publicitação aplicável na plataforma eletrónica,
- e às restantes formalidades subsequentes necessárias à celebração e execução do contrato.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONCORDÂNCIA COM A ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

Data: 12/02/2026

Nº Processo:: 7708/2026

Processo: Proposta à Câmara Municipal - Implementação de cobertura Wi-Fi (PRR) no Convento do Pópulo e Paços do Concelho e Convento de São Francisco

Atento o teor da informação relativa à proposta de adjudicação, bem como os fundamentos nela constantes, concordo com a adjudicação proposta e com a minuta do contrato apresentada. Ao abrigo do disposto no n.º 1, alínea f), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determino que a presente informação seja submetida à apreciação, adjudicação e aprovação da minuta do contrato pelo órgão executivo, em reunião de Câmara a realizar oportunamente.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência do órgão executivo a adjudicação de empreitadas e de aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba.

A chefe da DCP,

1. Informação

Data

12/02/2026

2. Dados Procedimento

| N.º Procedimento | Preço base (s/ IVA) | Preço adjudicado (s/ IVA) | Prazo execução |
|------------------|--|---------------------------|----------------|
| CPI/01/26/DCP | Lote 1: 341.150,30€ | Lote 1: 339.971,66€ | 30/06/2026 |
| | Lote 2: 54.729,42€ | Lote 2: 53.587,00€ | |
| | 395.879,72€ | 393.558,66€ | |
| Objeto | Implementação de cobertura Wi-Fi (PRR) no Convento do Pópulo e Paços do Concelho e Convento de São Francisco | | |
| CPV | 32420000-3 Equipamento de rede | | |

3. Propostas de aprovação

- Decisão de adjudicação e notificação de adjudicação (76.º e 77.º);
 - Redução do contrato a escrito (94.º);
 - Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
 - Projeto de Decisão de adjudicação (125.º).
-

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 36.º do CCP e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. Abertura do procedimento

Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 26 de janeiro de 2026 foi autorizada a abertura do procedimento.

6. Prorrogação dos prazos de apresentação das propostas

Em cumprimento com o disposto no artigo 64º do CCP, no procedimento em causa não houve necessidade de efetuar a prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas.

7. Pedidos de esclarecimentos

Durante o prazo estipulado no n.º 1 artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, foram solicitados esclarecimentos sobre a interpretação das peças do procedimento.

8. Erros e omissões

Não foi apresentada lista de erros e omissões nos termos do artigo 50º do CCP.

9. Apresentação de propostas

No dia 12 de fevereiro de 2026, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Propostas Recebidas (2)

Admitidas (0) Qualificadas (0) Desqualificadas (0)

Visualizar lista: [Por propostas/candidaturas](#) [Para Lotes](#) [Por estado](#)

| Pesquise pelo nome | | |
|---------------------------|---------------------------------------|--------------------------------|
| Referência | Fornecedor | Data de Entrega |
| 20252516 | Reload - Consultoria Informática, lda | 11-02-2026 16:24:50 +00:00 UTC |
| WRP260196 | Warpcom Services, S.A. | 11-02-2026 16:16:55 +00:00 UTC |

10. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 12 de fevereiro de 2026, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar a proposta apresentada e elaborar o projeto de decisão de adjudicação de um único concorrente, e assim sendo quando tenha sido apresentada uma única proposta, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final.

11. Proposta de adjudicação

De acordo com o projeto de decisão de adjudicação de um único concorrente, de 12 de fevereiro de 2026, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação das seguintes propostas:

Lote 1 - Convento do Pópulo e Paços do Concelho: RELOAD - Consultoria Informática, Unipessoal, Lda

Lote 2 - Convento de São Francisco - RELOAD - Consultoria Informática, Unipessoal, Lda

12. Caução

Considera-se, face ao valor e de acordo com o previsto no convite/programa de concurso, que não deve ser exigida caução nem deve proceder-se à retenção nos pagamentos, prevista no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

13. Redução do Contrato a escrito

13.1. Exigível

| | |
|---------------------------------|---|
| Fundamentação de Direito | De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€. |
| Fundamentação de Facto | No caso concreto, os preços contratuais são superiores a 10.000,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito. |

13.2. Prazo de Suspensão

13.2.1. Não Aplicável

| | |
|---------------------------------|---|
| Fundamentação de Direito | De acordo com o n.º 2 do artigo 104º, o prazo de 10 dias de suspensão para a outorga do contrato, decorridos data da notificação de adjudicação a todos os concorrentes e a outorga, não é aplicável quando: a) O contrato tenha sido celebrado ao abrigo de um procedimento de ajuste direto ou de consulta prévia ou, nos demais procedimentos, quando o anúncio não tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); b) Se trate da celebração ao abrigo de acordo-quadro cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade; c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta. |
| Fundamentação de Facto | No caso concreto, o procedimento apenas foi apresentada uma única proposta para cada lote, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável. |

14. Outorga do Contrato

No âmbito do Município de Braga, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 106.º do CCP e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, **competem ao Presidente da Câmara Municipal a representação do Município na outorga dos contratos públicos**, salvo disposição legal em contrário ou delegação expressa de competências.

15. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 28 do programa de concurso **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

16. Compromisso

N. Sequencial 133427 Lote 1 e 133428 Lote 2

17. Anexos

- a. Projeto de decisão da Adjudicação;
- b. Minutas de Contratos.

18. Assinatura

O Gestor do Procedimento